



Reflexão sobre a necessidade de um novo paradigma para o ensino do Jornalismo: o caso da Universidade de Columbia^{1 2}

Sandra Marinho
marinho@ics.uminho.pt
Departamento de Ciências da Comunicação
Universidade do Minho

Resumo

A reflexão que se pretende desenvolver no âmbito desta comunicação parte de um pressuposto e de uma inquietação: importa saber até que ponto os paradigmas de ensino e formação em jornalismo que temos tomado por referência têm capacidade de integrar as mudanças que têm ocorrido no campo jornalístico. Da nossa perspectiva, responder a esta questão implica, entre outras iniciativas, a realização de um debate alargado, centrado na discussão daquilo que deve ser ensinado aos estudantes de jornalismo e porquê. Defendemos a posição de que este debate, nestes moldes, não se realizou até hoje em Portugal e que a reestruturação dos projectos de ensino no âmbito do “processo de Bolonha” poderia ter sido, e não foi, uma oportunidade para discutir o ensino do jornalismo. Ilustramos a nossa argumentação com a apresentação do “caso Bollinger”, como um exemplo de um processo de debate público que, com as devidas reservas, poderia ser realizado no contexto português, sob determinadas condições.

Palavras-chave: ensino; jornalismo; Bolonha; Bollinger.

1 – Pressupostos da Reflexão

Poder-se-á considerar que o debate em torno do modelo mais adequado para o ensino do jornalismo tem sido um acto falhado, se o avaliarmos do ponto de vista dos resultados: de facto, não há consenso sobre o “currículo ideal”. Os discursos sobre esta problemática têm, contudo, revelado aspectos, linhas e níveis de análise essenciais para a compreensão da questão, ainda que, frequentemente, sob a forma de questões ou dicotomias, como teremos oportunidade de evidenciar ao longo desta intervenção.

Antes de mais, impõe-se esclarecer que a nossa reflexão assenta no pressuposto de que “a forma como os jornalistas são formados deveria interessar à sociedade em geral, que depende da qualidade do jornalismo que estes produzem para garantir a eficácia das suas instituições e a compreensão dos fenómenos em todas as esferas” (Burgh, 2003: 95). Neste sentido, partilhamos a opinião de que

“... as sociedades democráticas preocupam-se operacionalmente em constituir instâncias de autoridade e em fornecer aos cidadãos os meios para vigiar e avaliar o exercício dessa autoridade. Os jornalistas, entre outros, fornecem a informação e o conhecimento a partir do qual se forma a consciência do Estado e dos

¹ Comunicação apresentada no II SEMINÁRIO INTERNACIONAL MEDIA, JORNALISMO E DEMOCRACIA - «Jornalismo e Actos de Democracia», Organizado pelo Centro de Investigação Media & Jornalismo, 13 de Novembro de 2006, Escola Superior de Comunicação Social - Instituto Politécnico de Lisboa.

² Este trabalho inscreve-se no âmbito de um estudo colectivo mais vasto, desenvolvido ao nível do projecto Mediascópico, do CECS (Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade)², na Universidade do Minho (projecto apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia - POCTI/COM/41888/2001).

seus agentes. De forma mais geral, os jornalistas estão intensamente envolvidos na formação da consciência social, em nome do público” (Adam, 2001: 316).

Também Carey (1996) defende que “jornalismo é um outro nome para democracia ou, melhor ainda, não podemos ter jornalismo sem democracia”. Para este autor, “as práticas do jornalismo não são auto-justificativas; pelo contrário, justificam-se pelas consequências sociais que engendram, nomeadamente a constituição de uma ordem social democrática”. Acreditamos, pois, que o jornalismo é crucial para a democracia, logo a forma como os jornalistas aprendem como exercer a profissão é um assunto que deve interessar a todos: jornalistas, “donos dos media”, formadores, estudantes e cidadãos em geral. Melhor ainda, cremos que este é um debate que, para ser consequente, deve ser conduzido na esfera pública e terá de beneficiar da perspectiva do maior número possível de contributos. Estamos convictos de que, havendo vontade, há condições para que se possa realizar em Portugal.

Se isto é verdade, não significa, porém, que os elementos directamente ligados aos projectos de ensino e investigação não tenham um interesse redobrado na matéria, como actores mais directamente implicados no processo e como cidadãos. Testemunho deste mesmo interesse, no contexto internacional, é a actividade académica e científica desenvolvida em torno deste objecto de estudo (o ensino do jornalismo ou *journalism education*), expressa na extensa actividade editorial³, na organização de encontros científicos, na constituição de organizações e nas iniciativas das associações científicas do sector⁴.

Não argumentamos, de todo, que em Portugal não existam preocupações a este nível, mas apenas que se trata de um campo ao qual é dada pouca atenção, comparativamente com outras áreas de estudo e investigação, apesar de se viver um contexto favorável à discussão, tendo em conta o processo de reestruturação do Ensino Superior, fruto da aplicação da Declaração de Bolonha. Uma rápida abordagem da literatura⁵ para o caso português revela, na nossa opinião, uma área de menor produção, que é, precisamente, a da discussão e investigação sobre os paradigmas de ensino do jornalismo e da sua evolução, embora a formação dos jornalistas tenha estado desde cedo presente nas preocupações de investigadores⁶.

Encontramos, sim, trabalhos de investigação sobre o percurso histórico da formação dos jornalistas (Correia e Baptista, 2005; Correia, 2000; Correia 1995; Mesquita, 1995; Pinto e Sousa, 2003; Sobreira, 2003) e ao nível da caracterização exaustiva da oferta (Mesquita e Ponte, 1997). Ainda neste âmbito, assinalamos dois contributos de Ferreira, um publicado pelo Clube de Jornalistas, com a “informação essencial sobre todos os cursos de comunicação e jornalismo existentes em Portugal”,

³ Podemos encontrar em diversas revistas científicas de referência trabalhos na área do ensino do jornalismo, para além das publicações especificamente dedicadas ao tema, como é o caso da *Journalism & Mass Communication Educator*.

⁴ Apenas como exemplo, destacamos o facto de a *International Association for Media and Communication Research* (IAMCR) possuir uma secção dedicada à *Professional Education* e a ainda a recente constituição, na *International Communication Association* (ICA), de um *interest group* em *Journalism Studies* (Hanitzsch, Loffelholz e Weaver, 2005), sendo um dos seus objectivos “promover (...) a educação para a profissão no jornalismo”. Também a título de exemplo, destacamos o trabalho desenvolvido pela *Association for Education in Journalism and Mass Communication* (AEJMC).

⁵ Não se pretende proceder a uma revisão de literatura sobre este tema ou dar conta, de forma exaustiva, da produção científica sobre a formação em jornalismo, mas apenas assinalar alguns dos contributos que vamos tomando como referência.

⁶ Testemunhos deste interesse são dois textos da autoria de Salvato Trigo e Adriano Duarte Rodrigues, intitulados, respectivamente, “O Ensino do Jornalismo, em Portugal” e “Princípios para um Projecto de Formação de Jornalistas em Portugal”.

para o ano lectivo 2004/2005⁷ e um outro documento (Ferreira, 2005) onde a autora procede a uma avaliação da oferta de formação em jornalismo. João Carlos Correia, sobre o ensino e o acesso à profissão, toma posição em relação ao debate gerado no 3.º Congresso dos Jornalistas Portugueses (1998a) e defende a elevação dos níveis de acesso à profissão (1998b). Sobre as transformações do campo jornalístico e os seus efeitos ao nível da formação, encontramos contributos de Fidalgo (2001) e Sousa (2004^a, 2004b). Ainda ao nível das publicações, assinalamos o número 5 da revista *Comunicação e Sociedade*⁸, dedicado inteiramente ao ensino do jornalismo, com contributos de académicos e profissionais. Outro tipo de iniciativas reflectem o interesse dos investigadores nacionais pelo tema, nomeadamente a realização, em 2003, do I Encontro sobre o Ensino do Jornalismo em Portugal, e o agendamento, para Março de 2007, das II Jornadas Internacionais de Jornalismo da UFP, subordinadas ao tema “Porquê Estudar o Jornalismo?”, e de um Congresso Internacional intitulado “Integração Profissional dos Licenciados em Jornalismo e Ciências da Comunicação - a situação do Porto”.

Do lado dos profissionais também registamos preocupações com a formação em jornalismo, de que são testemunho os debates realizados no âmbito do Congresso dos Jornalistas Portugueses, a partir das intervenções de diversos jornalistas registadas nas Actas destes eventos (1982, 1986 e 1998). Recordamos também, a título de exemplo, a tomada de posição, em 2001, do Sindicato dos Jornalistas a propósito dos estágios curriculares e o debate⁹ que daí decorreu, entre o Sindicato o director do Público. Tanto o Sindicato dos Jornalistas¹⁰ como o Clube de Jornalistas¹¹ mantêm ainda, nos respectivos *sites*, secções dedicadas ao ensino e formação.

Se é verdade que existem pontes de colaboração e diálogo entre estes mundos – académico e profissional – no que diz respeito à formação em jornalismo, também é verdade que não estamos perante uma prática de diálogo continuado e totalmente isento de ideias preconcebidas, que permita “compreender e intervir no fosso entre o universo académico e o universo profissional” (Pinto, 2004).

Se tivermos por referência o debate público, melhor dizendo o que é publicado, então podemos dizer que estas questões estão ausentes das páginas dos jornais. Numa avaliação dos textos (informativos e de opinião) publicados, entre 2000 e 2004, em seis jornais nacionais (*Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Diário Económico*, *Expresso*, *Jornal de Notícias* e *Público*), tivemos oportunidade de perceber sinais de valorização da problemática do ensino e formação dos jornalistas, particularmente no campo das publicações científicas e da realização de encontros e congressos, mas esta não é discutida enquanto tal. Entendemos que seria importante que esta discussão ocorresse, principalmente no contexto de reestruturação do Ensino Superior que se vem verificando e irá decorrer ao longo dos próximos anos.

A ocorrer um debate sustentado sobre a matéria, acreditamos ser necessário abordar um conjunto de questões e conceitos. Num primeiro momento, importa discutir o que se entende por qualidade no ensino do jornalismo como conceito indissociável da definição da qualidade em jornalismo (Pinto e Marinho, 2004). Isto implica que qualquer modelo de ensino terá por referência um determinado

⁷ Disponível em <<http://www.clubedejornalistas.pt/Portals/57ad7180-c5e7-49f5-b282-c6475cdb7ee7/TabelaDeCursos.pdf>>

⁸ Publicação do Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho.

⁹ Ver em <<http://www.jornalistas.online.pt/canal.asp?idselect=438&idCanal=438&p=426>>

¹⁰ Ver em <<http://www.jornalistas.online.pt/canal.asp?idselect=0&idCanal=99&p=0>>

¹¹ Ver em <<http://www.clubedejornalistas.pt/DesktopDefault.aspx?tabid=139>>

quadro para o exercício do jornalismo: só poderemos colocar-nos a questão de saber qual será a melhor maneira de formar jornalistas para o exercício das suas funções se estas estiverem previamente definidas, por relação a um conceito de jornalismo. Nesta matéria, opõem-se frequentemente duas perspectivas sobre o papel do jornalismo e dos jornalistas: uma que vê o jornalismo como um serviço público e outra que o associa a um modelo comercial. Por si só, e em termos absolutos, parece-nos um entendimento muito redutor, ao colocar em pólos opostos conceitos e entendimentos que, a nosso ver, não se excluem mutuamente. Nesta matéria, arriscamos dizer que o modelo de serviço público é aquele que tem sido teorizado e é tomado por referência quando se equaciona o papel do jornalismo e dos jornalistas, enquanto que o modelo de mercado é, de facto, aquele que é exercido, sem que isto se traduza em reflexão sobre os fundamentos da prática de um jornalismo voltado para o mercado.

Entendemos, pois, que debater o ensino e formação dos jornalistas passará necessariamente pela abordagem aos modelos de qualidade em jornalismo, mas também pelo reconhecimento do *continuum* de discursos que poderemos encontrar acerca do conceito de formação em jornalismo, desde uma posição em que, no limite, se poderá entender que a formação deverá fazer-se exclusivamente nas redacções até ao extremo de se considerar que só um grau no ensino superior, em Jornalismo, poderá dar garantias para o exercício da profissão. Importa também compreender o papel que poderão desempenhar as diferentes instituições envolvidas na formação inicial e em serviço. Neste quadro, consideramos particularmente importante que se discuta o papel que poderão e deverão desempenhar as instituições de ensino superior na formação dos jornalistas, uma questão que ganha pertinência no contexto de reestruturação do sector, com a implementação da Declaração de Bolonha, e no quadro de discussão da proposta de lei para a revisão do Estatuto de Jornalista, onde se prevê que o acesso à profissão passe por uma “habilitação académica de nível superior”.¹²

A opção por uma forma de entender o exercício do jornalismo tem, naturalmente, implicações sobre o que poderá ser considerado como matéria pertinente ao construir um projecto de ensino, seja ao nível da sua “filosofia”, seja ao nível das matérias concretas a incluir num curriculum. Num segundo momento, poderemos então centrar-nos em matérias mais directamente relacionadas com o perfil dos cursos e com a definição do papel e dos limites da academia e das redacções na formação dos jornalistas.

Em síntese, sobre uma eventual “ordem de trabalhos” para discutir o ensino do jornalismo em Portugal, e em particular a questão do desenvolvimento curricular em jornalismo, parece-nos de grande utilidade a sistematização proposta por Nora French (2006). Para esta autora, importaria responder às seguintes questões: “O que é jornalismo? Em que consiste o trabalho fundamental do jornalista? O que é que um jornalista precisa de saber para poder desempenhar a sua função? Que teoria do jornalismo existe, ou deveria ser desenvolvida, que possa servir de base ao ensino profissional desta disciplina? Que tipo de formação é a mais adequada para proporcionar esta aprendizagem? Académica ou profissional/vocacional? Que outras disciplinas académicas podem

¹² A fundamentação da proposta de lei poderá ser consultada em http://www.governo.gov.pt/NR/rdonlyres/973C87CD-4759-4A3F-8697-D9A20F01BB38/0/Prop_Estatuto_Jornalista.pdf

contribuir para o ensino do jornalismo? Como se articulam essas disciplinas com a matéria central do jornalismo?” (464).

É comum a discussão sobre o ensino em jornalismo desenrolar-se em torno das dicotomias teoria/prática ou ensino académico/ensino orientado para o exercício de competências ou ainda a questão de saber se o jornalismo deverá ser entendido enquanto campo de estudo, investigação e ensino autónomo ou como uma parte da área científica das ciências da comunicação. Deste debate emergem paradigmas de formação, discutidos e colocados em causa, essencialmente no meio académico, mas, habitualmente, o resultado destas discussões não se reflecte ao nível dos processos de reestruturação dos projectos em concreto. Por este motivo, destacamos o exemplo da Universidade de Columbia, como um caso em que, por iniciativa de Lee Bollinger, presidente da instituição, foi introduzido um momento de ruptura e avaliação sobre o futuro do ensino na Graduate School of Journalism, suspendendo, em 2002, o processo de nomeação do reitor da faculdade até que fosse debatido o rumo do projecto. Foram várias as repercussões desta tomada de posição, razão pela qual consideramos pertinente analisar este caso, procurando identificar as linhas essenciais da discussão e as suas implicações para o ensino do jornalismo.

A reflexão que aqui desenvolvemos assenta, assim, num conjunto de pressupostos que passamos a explicitar:

- O campo do jornalismo está a passar por mudanças que também se reflectem ao nível do ensino e formação em jornalismo e importa perceber até que ponto os paradigmas de ensino vigentes têm capacidade para integrar estas mudanças.
- Esta abordagem ao ensino do jornalismo exige um debate alargado, sistemático e consequente, que colha e articule os contributos dos vários actores do processo: académicos, profissionais, “donos dos media”, estudantes e sociedade civil.
- A sociedade e os cidadãos têm um importante papel a desempenhar, esperando-se, assim, que este debate seja público e que dele se encontre reflexo nos órgãos de comunicação.
- Consideramos que as instituições de ensino superior desempenham um importante papel na formação dos jornalistas (sem prejuízo das outras instituições), pelo que a actual reestruturação do sector deverá ser cuidadosamente acompanhada e alvo de debate.

2 – O caso da Universidade de Columbia

Em Abril de 2003, o jornalista e académico Nicholas Lemmann foi nomeado reitor da Graduate School of Journalism (Columbia University), depois de um aceso debate, despoletado por Lee Bollinger, Presidente da Columbia University (CU), ao adiar, em Julho de 2002, a selecção de um novo reitor, para “clarificar o que deve ser a visão de uma escola de jornalismo moderna, na era da informação em constante evolução que vivemos”. Numa mensagem dirigida aos estudantes, funcionários e docentes da Escola, Bollinger afirma: “ensinar o ofício¹³ de jornalista é um objectivo válido, mas claramente insuficiente neste novo mundo e no contexto de uma grande universidade. Ao

¹³ Traduzido do original “craft”.

longo do último século, todas as escolas profissionais chegaram a essa conclusão, para as respectivas áreas”. Esta é uma tomada de posição em relação ao modelo de ensino profissional, ou “*skills based*”, em vigor na Graduate School of Journalism (GSJ) em boa parte fruto das alterações ao curriculum no sentido da profissionalização, realizadas sob a direcção de Tom Goldstein, reitor da Escola de 1997 a 2002. Estava relançado o debate em torno da velha dicotomia teoria vs prática.

Na mesma mensagem, Bollinger dava conta da nomeação de David Klatell para o lugar de reitor em exercício e ainda da constituição de um grupo de trabalho (*task force*) para debater o rumo da GSJ. Esta comissão, nomeada a 23 de Setembro de 2002, foi presidida pelo próprio Bollinger e contou com 30 elementos, entre jornalistas, docentes, alunos e académicos.¹⁴

Ainda em Setembro, é criado um *webforum*, “*Zoned for Debate*”¹⁵, no quadro do departamento de Jornalismo da Universidade de Nova Iorque (NYU)¹⁶, para fomentar a participação na discussão, o que nos permite, actualmente, reconstituir o processo e as tomadas de posição dos diferentes actores. O impacto da decisão de Bollinger rapidamente extravasou a Universidade e o meio académico, e o debate alargou-se às páginas de opinião de jornais de referência como o *New York Times* ou o *Wall Street Journal*, suscitando a participação dos cidadãos leitores, acabando por se estender para o campo da discussão sobre os problemas e potencialidades do jornalismo na actualidade. Também os docentes e antigos alunos da CJS participaram no debate desde o início, com opiniões contra e a favor dos argumentos de Bollinger¹⁷, ao ponto de, logo a 24 de Julho, David Klatell ter sentido a necessidade de enviar, massivamente, uma mensagem por e-mail onde esclarecia que nenhuma decisão seria tomada no imediato e que acrescentar novos elementos ao curriculum não implicaria uma redução da componente prática¹⁸.

Ao nível da opinião pública, podemos tomar como referência para os pólos do debate imediato (defensores vs críticos de Bollinger) as posições de Bill Kirtz, professor de Jornalismo na Northwestern University (Boston) e licenciado pela CJS, e Tunku Varadarajan, editor do *Wall Street Journal*. O primeiro, num artigo do Editor & Publisher¹⁹, considera a decisão de Bollinger uma “ameaça” e afirma que “os directores e gestores das publicações não querem o que o Presidente Bollinger lhes quer dar”. Já o jornalista do *Wall Street Journal* toma o partido de Bollinger, mas levando a argumentação a um extremo que Bollinger nunca teria pretendido, afirmando, num artigo de opinião²⁰, que “a Escola de Jornalismo [da Universidade de Columbia] é pouco mais do que um workshop vocacional” e que “é notório quão pequena tem sido a influência dos licenciados da CJS nos níveis mais altos do jornalismo americano”. Para Varadarajan, as posições definem-se a partir da forma como se encara a profissão de jornalista: “Ao fim e ao cabo, a diferença resume-se a isto: os tradicionalistas da CJS vêem o jornalismo como um ‘ofício’. O Sr. Bollinger, ao que parece, vê-o como

¹⁴ A lista de membros poder ser consultada em <http://journalism.nyu.edu/pubzone/debate/forum.1.taskforce.html>.

¹⁵ <http://journalism.nyu.edu/pubzone/debate/forum.1.index.html>.

¹⁶ Parece-nos interessante e digno de nota que este fórum tenha sido criado por docentes de um departamento de Jornalismo de uma outra universidade, o que, a nosso ver, é um bom reflexo do interesse suscitado pelo debate.

¹⁷ Farrel. E., “Columbia U.’s President Halts Search for a New Dean While Reviewing School’s Role”, <http://chronicle.com/free/2002/07/2002072502n.htm>.

¹⁸ Farrel. E., “Columbia U.’s President Halts Search for a New Dean While Reviewing School’s Role”, <http://chronicle.com/free/2002/07/2002072502n.htm>.

¹⁹ http://www.editorandpublisher.com/eandp/news/article_display.jsp?vnu_content_id=1614078.

²⁰ <http://www.opinionjournal.com/taste/?id=110002042>.

um *métier*, e não há dúvida de que este caminho é o melhor e o mais civilizado”. As reacções²¹ não se fizeram esperar. Entre apoiantes e críticos, mais os segundos, houve mesmo quem afirmasse: “Que Deus proteja a CJS e a nossa profissão da irrelevância da academia”.

Ao longo de cerca de oito meses (de Setembro a Abril) discute-se publicamente a questão de saber “Qual a forma correcta de formar jornalistas... hoje” e, ao cabo de seis reuniões do grupo de trabalho presidido por Bollinger, o presidente da CU nomeia um dos seus membros, Nicholas Lemann, um jornalista profissional com experiência académica, reitor da GSJ. Na mesma ocasião, e como forma de dar conta do trabalho realizado pela *task force*, publica um documento intitulado *Statement on the Future of Journalism Education*²², onde defende que as escolas de jornalismo deverão saber manter a necessária distância da profissão, para poderem manter uma perspectiva independente em relação ao exercício do jornalismo, mas que o seu corpo docente deve ser constituído por “... praticantes destacados da profissão que... tanto ensinam como exploram activamente, no decurso do seu trabalho, as melhores possibilidades do jornalismo”.

Não sendo possível aplicar aqui uma medida empírica de avaliação dos resultados, acreditamos que este foi um debate com consequências visíveis a vários níveis. Tratou-se de uma discussão que extravasou os limites da Graduate School of Journalism, no âmbito nacional e internacional, tanto ao nível do interesse que suscitou ao nível dos académicos e da produção científica, como também ao nível da sociedade civil, como testemunham as notícias e comentários publicados em órgãos da imprensa, durante o período do debate e nos tempos que se seguiram. Ao nível dos efeitos sobre o ensino do jornalismo na Universidade de Columbia – o objectivo que, afinal, se pretenderia atingir – registam-se, de facto, algumas apostas em áreas evidenciadas por Nicholas Lemmann²³, e em harmonia com as ideias de Lee Bollinger, nomeadamente ao nível da duração do período de formação, que passou a ser mais longo, e na aposta em formação multidisciplinar e na especialização, através da diversificação da oferta ao nível dos mestrados. Uma avaliação rigorosa destes efeitos exigira, naturalmente, uma outra abordagem metodológica, para além da análise documental dos materiais disponíveis.

A discussão sobre a melhor maneira de formar para o exercício do jornalismo no contexto do ensino superior não é nova nem típica do contexto americano, nem tem no caso que apresentamos um modelo “inaugurador” ou revolucionário. Para além dos motivos já apresentados, a nossa atenção voltou-se para o “caso Bollinger” por nele reconhecermos algumas singularidades, bem como uma eventual aproximação a alguns dos traços que, a nosso ver, deviam caracterizar um debate que julgamos crucial levar a cabo no nosso país. Estamos perante uma Escola de Jornalismo com um estatuto incontestável a nível internacional, logo com algo a perder num processo em que se abre à crítica.²⁴ Em nenhum dos documentos consultados encontramos referência a pressões externas que pudessem ter forçado o debate, pelo que temos razões para crer que a intenção terá sido,

²¹ http://www.opinionjournal.com/taste/responses.html?article_id=110002042.

²² http://www.columbia.edu/cu/news/03/04/lcb_j_task_force.html.

²³ <http://www.ojr.org/ojr/education/1077756445.php>

²⁴ Ainda que processo tenha sido despoletado pelo Presidente da Universidade de Columbia, e não pela Escola de Jornalismo, não encontramos evidência de que tenha havido oposição ao processo de debate em si. Encontrámos, sim, defensores da manutenção do modelo de ensino vigente e críticos das ideias de Bollinger. Para além disso, parece-nos que a Universidade de Columbia é tributária do prestígio da sua Escola de Jornalismo, o que revela, a nosso ver, um interesse genuíno no debate e na procura de melhores soluções.

efectivamente, a vontade de melhorar a formação em jornalismo oferecida pela Universidade de Columbia. Podemos ainda dizer que este foi um processo com princípio, meio e fim, já que o debate produziu resultados práticos concretos: a nomeação de um novo reitor para a Escola de Jornalismo, associado a uma visão sobre o ensino do jornalismo, com as correspondentes alterações no projecto de ensino da Escola. O próprio Bollinger afirmara que “não pretendia que a *task force* publicasse um relatório” e que “não haveria qualquer esforço para realizar novas pesquisas ou conduzir uma revisão de literatura extensiva acerca do ensino do jornalismo”, de maneira a que o tempo fosse gasto em discussões sustentadas, garantidas pela experiência e conhecimento dos elementos que constituíam a *task force*.²⁵ Na nossa opinião, estes factores conferem ao caso alguma singularidade e justificam que consideremos pertinente levá-lo em conta, ao considerarmos a necessidade e oportunidade de debater o ensino do jornalismo em Portugal.

O facto de tomarmos como referência a forma como este processo se desenrolou e organizou não implica que não reconheçamos as limitações que lhe foram, e vão sendo, apontadas. Uma das críticas sublinhadas, na qual nos revemos, diz respeito à necessidade de alargar a *task force* à sociedade civil, com a participação de empresários, políticos, cidadãos e vários tipos de jornalistas. A este rol, acrescentaríamos ainda uma maior representatividade dos estudantes. Embora todos tenham tido a possibilidade de participar (e muitos fizeram-no) através do Fórum de discussão e da imprensa, pensamos que era indispensável que tivessem integrado o “núcleo duro” do processo.

Um outra objecção (Macdonald, 2006) diz respeito às consequências que advêm do facto de que propostas como as de Bollinger, baseadas na noção de que resistir às pressões colocadas pela concentração empresarial passa pelo reforço da identidade profissional e dos valores éticos no processo de formação, assentam na defesa de um modelo de serviço público que, embora louvável, levanta alguns problemas. Para Isabel Macdonald (2006), embora educadores como Bollinger reconheçam a responsabilidade das estruturas económicas na “crise”, acabam por colocar “o ónus da solução nos jornalistas, estudantes e educadores”, propondo “um modelo de ensino do jornalismo que ignora a análise da poderosa indústria dos media, subestimando a importância das condições de trabalho dos jornalistas e encorajando os estudantes a pensar idealisticamente acerca do jornalismo” (746).

Parece-nos, efectivamente, que uma proposta nestes termos, não se constitui como uma forma de superar a dicotomia mercado/serviço público, mas contribui para o seu reforço, ignorando as condições para o exercício da profissão, ao invés de as analisar criticamente, de modo a que os estudantes compreendam de que forma é que o jornalismo “participa na produção e circulação de significado na nossa sociedade” (Skinner, Gasher e Compton: 2001, 342) e enquadrando o jornalismo como “uma prática institucional de representação com a suas próprias condições históricas, políticas e culturais de existência” (357).

Consideramos, pois, de grande pertinência as críticas de Isabel Macdonald à proposta de Lee Bollinger, mas mantemos o nosso interesse no caso da Universidade de Columbia, já que o que aqui mais nos interessa é o processo de debate e questionamento que foi despoletado.

²⁵ http://www.columbia.edu/cu/news/03/04/lcb_j_task_force.html

3 – O ensino do jornalismo e o processo de Bolonha: um debate ainda possível.

Importa, desde logo, esclarecer que defender a realização, em Portugal, de um debate sobre o ensino do jornalismo em moldes semelhantes ao que se desenrolou no “caso Bollinger” passa, naturalmente, por reconhecer que estamos perante enquadramentos e contextos distintos. O sistema de ensino superior americano está organizado de forma diferente do português e o próprio contexto de ensino do jornalismo não é o mesmo: Portugal inscreve-se na chamada “tradição europeia”, onde a maior parte dos projectos de ensino em jornalismo estão integrados em licenciaturas em Comunicação Social, com duração bastante superior às licenciaturas nos EUA. Para além disto, a maturidade desta área de ensino e investigação não é comparável: a Graduate School of Journalism foi criada, por Joseph Pulitzer, em 1912, enquanto que a primeira licenciatura em Comunicação Social surge em Portugal apenas em 1979, na Universidade Nova de Lisboa. Também no caso em questão a autonomia para discutir, decidir e reestruturar é outra, já que falamos de uma Escola de gestão privada, enquanto que, no caso português, implicaria, o envolvimento os sistemas de ensino superior público, privado e cooperativo, com todas as dificuldades legais e de coordenação que uma tal iniciativa implicaria.

Ainda assim, e salvaguardando as devidas diferenças, parece-nos que as preocupações de Lee Bollinger não são alheias ao contexto português: o campo do jornalismo está a passar por um processo de mudança, motivado por questões económicas (concentração empresarial) e tecnológicas (velocidade de circulação da informação²⁶), e os projectos de ensino terão de reflectir sobre a redefinição do seu papel, num contexto de tão rápidas alterações. Neste “contexto de mudança”, reforçamos os efeitos do “digital” (leia-se Internet) no trabalho dos jornalistas, um aspecto que vem sendo abordado e discutido por diversos autores (Bardoel, 1996; Indahl, 2000; Kopper, Kolthoff e e Czepek, 2000; Pavlik, 2000; Trench, 2000; Deuze e Dimoudi, 2002; Singer, 2003; Singer, 2006), sendo que, para o caso português, dados recentes publicados pelo Obercom (2006), no âmbito do projecto “O Impacto da Internet nos Mass Media em Portugal”, a partir da inquirição de jornalistas de 14 redacções de rádio, TV e jornais, apontam para o facto de “a esmagadora maioria dos inquiridos – 94%” considerar que “a Internet efectivamente transformou o seu trabalho” (214). Consideramos, pois, que, num contexto de mudanças no exercício da profissão, importa saber até que ponto os actuais modelos para o ensino e formação em jornalismo terão capacidade de acomodar estas novas exigências ou se estaremos perante a necessidade de enveredar por um novo paradigma.

A oportunidade de um debate sai reforçada, a nosso ver, pelo enquadramento de reforma do ensino superior que se vive actualmente em Portugal, com a adequação dos cursos à Declaração de Bolonha e a anunciada reestruturação da rede de ensino superior, com vista à redução da oferta (Costa e Silva, 2006b; Wong, 2006). Defendemos que ambas as situações exigiriam, no caso do ensino e formação em jornalismo, um debate prévio alargado que respondesse à questão de saber como deve ser formado um jornalista. Parece-nos que este teria sido um momento oportuno para uma reflexão fundamentada e aprofundada e não foi nem está a ser.

²⁶ Embora este seja o aspecto privilegiado no discurso de Bollinger, somos de opinião que o impacto das mudanças tecnológicas no exercício da profissão de jornalista tem hoje outras implicações, nomeadamente ao nível das rotinas, das redacções ou dos conteúdos, aspectos que importa equacionar.

No que toca à implementação dos princípios da Declaração de Bolonha, subscrevemos várias das críticas que têm sido apontadas²⁷, nomeadamente as que denunciam o facto de a discussão dentro de cada Universidade, Escola ou projecto de ensino se ter cristalizado em torno da duração dos graus, relegando para segundo os aspectos relacionados com o processo de ensino/aprendizagem. O formato de financiamento do ensino superior em Portugal, fazendo depender as transferências do Orçamento de Estado, logo as contratações de docentes, do número de alunos (leia-se vagas) que integram os cursos em muito terá contribuído para esta política de “menor número possível de baixas” adoptada pelas Universidades.

Relativamente à área específica do Jornalismo, acreditamos que terá padecido dos mesmos problemas, o que não significa, de forma alguma, que não tenha havido interesse e muito trabalho por parte dos vários projectos de ensino. Tratou-se de um processo exigente, que mobilizou o empenho e esforço de muitos. Apenas defendemos que não se tratou de um trabalho sustentado num debate prévio sobre o ensino do jornalismo, que tivesse permitido encontrar pontos de acordo, parcerias, projectos conjuntos ou de âmbito nacional e que, acreditamos, em muito teria facilitado o trabalho de todos os envolvidos.

A publicação, em finais de 2004, do Relatório de Missão do Grupo de Trabalho da Área Científica de Comunicação Social, no âmbito das iniciativas pelo Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior (MCIES) desenvolvidas para a Implementação do Processo de Bolonha a Nível Nacional, suscitou críticas por parte de académicos e responsáveis por projectos de ensino e levou a uma tomada de posição pública por parte da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM), que congrega docentes e investigadores do sector. O documento ficou aberto à discussão pública no site do MCIES²⁸ até ao final de Janeiro de 2005, tendo-se registado apenas os contributos, muito críticos, dos Directores das Licenciaturas em Ciências da Comunicação e da Cultura e em Comunicação nas Organizações, da Universidade Lusófona, e da Directora da Licenciatura em Comunicação Social da Universidade do Minho. Não cabe nos objectivos deste texto a análise detalhada destes documentos, pelo que anotamos unicamente o facto de denunciarem a falta de diálogo prévio à elaboração do referido documento. Ainda em 2005, realizam-se duas reuniões da SOPCOM, uma em Março, no ISCTE, e outra em finais de Abril, para discutir a implementação de Bolonha na área da Comunicação. Já em Janeiro de 2006, a SOPCOM, no seguimento de uma reunião com directores e representantes dos cursos de Ciências da Comunicação, na Universidade do Minho, toma posição pública sobre o relatório do CRUP intitulado “Consolidação da Oferta Educativa no Ensino Superior”, acusando a Comissão Especializada de “não ter realizado uma ampla consulta às direcções dos cursos existentes” (Costa e Silva, 2006a).

²⁷ Em entrevista ao Público, a 16 de Outubro de 2006, Marçal Grilo, um dos signatários da Declaração de Bolonha, criticou a forma como o processo se desenrolou: “A ideia era que as universidades se organizassem, se ligassem, criassem redes onde alunos e professores pudessem circular. Isso não aconteceu e caiu-se numa discussão normativa sobre se os cursos deviam ter três mais dois anos, ou quatro mais um, com os governos a acabarem por ter de tomar decisões”. Afirma ainda mais à frente: “Isso [o espírito de Bolonha] não tem nada a ver com o que sucedeu em muitas escolas, onde se pegou nos ‘três mais dois’ e tratou-se de ver onde cabiam os professores e as matérias dos cursos anteriores”.

Estas e outras críticas foram apontadas por vários dos intervenientes no “Seminário Nacional sobre o Processo de Bolonha”, que se realizou a 26 de Outubro de 2006, na Universidade do Minho, e contou com a participação de, entre outros, Júlio Pedrosa, presidente do Conselho Nacional de Educação, Sérgio Machado dos Santos, membro do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, Pedro Lynce, ex-ministro da Ciência e do Ensino Superior, ou Manuel José dos Santos Silva, vice-presidente do CRUP.

²⁸ Consultar em http://www.mcies.pt/?id_categoria=58

Sem ignorar estas e outras iniciativas que possam ter decorrido nas várias instituições de ensino superior, e a partir do teor das várias tomadas de posição, mantemos o nosso argumento: não houve debate sobre o ensino do jornalismo, antes ou depois do início dos processos de reestruturação dos cursos, e as tomadas de posição, discussões e documentos apresentados restringem-se a questões formais, como a duração dos ciclos e as suas designações, deixando de fora as questões que enunciámos anteriormente e que consideramos fundamentais.

Pelas razões que aqui apresentamos, consideramos que um debate alargado sobre o ensino do jornalismo em Portugal é necessário, oportuno e possível, apesar de a implementação dos princípios de Bolonha ter sido, na nossa opinião, uma oportunidade perdida. Fomos, ao longo desta comunicação, enunciando algumas questões que deveriam integrar uma “agenda de trabalhos” de um possível debate, que, para ser consequente, teria ainda de ser orientado levando em conta um conjunto de condições ou pontos de partida.

Uma condição essencial diz respeito aos intervenientes. Parece-nos que, para ser eficiente, dever-se-ia contar com a participação, em moldes a definir, de todos os actores envolvidos: estudantes, docentes, investigadores, Universidades (tutela), entidades formadoras, jornalistas, empresários dos media e a sociedade civil. Acreditamos que o empenho colocado no debate dependerá em muito da percepção que os intervenientes tenham acerca das consequências práticas da discussão, pelo que é essencial que se garanta a existência de resultados como um objectivo a cumprir em tempo útil, bem como a aplicabilidade das resoluções ao nível dos projectos de ensino²⁹. Finalmente, parece-nos razoável que saiam da Universidade os impulsionadores de um projecto desta natureza, pelo papel que desempenham no campo da formação dos jornalistas.

Defendemos que a credibilidade deste processo dependerá do que referirmos, mas também da fundamentação cuidada das propostas, o que implica, entre outras iniciativas, um trabalho de caracterização da oferta de formação a nível nacional que actualize os dados existentes e seja realizado de forma sistemática, proporcionando a possibilidade de avaliar as evoluções do sector.

4 – Considerações Finais

A proposta que aqui trouxemos foi a de defender a necessidade, oportunidade e possibilidade de realizar em Portugal um debate alargado e consequente sobre o ensino e formação em jornalismo, ilustrando a nossa argumentação com o “caso Bollinger”, ressalvadas as devidas diferenças de contexto entre as realidades em causa. Mantemos esta convicção e reafirmamos que este debate terá de mobilizar também os cidadãos e deverá desenrolar-se em espaço público acessível a todos os que por ele se interessem. Entre as razões que podem explicar o facto de esta temática estar alheada das discussões públicas podemos encontrar algumas que são recorrentes: a jovem democracia portuguesa, que explica a pouca participação; o facto de ensino do jornalismo ser uma área de estudos e investigação recente; ou ainda o tão evocado fosso entre jornalistas e académicos.

²⁹ Temos consciência da dificuldade que isto representa, fruto do nível de comprometimento que uma situação deste tipo exige, por parte das Universidades e dos responsáveis pelos projectos de ensino, sem esquecer a tutela do Ensino Superior, no que diz respeito ao ensino público. Acreditamos, ainda assim, que faria sentido tentar chegar a este nível de envolvimento.

Não consideramos, contudo, que sejam motivos de impedimento para o que propomos: fazer do debate sobre o ensino do jornalismo um “Acto de Democracia”, indagando, neste processo, os motivos que poderão explicar a sua quase inexistência.

Bibliografia

- Actas do 1.º Congresso dos Jornalistas Portugueses, 19 a 22 de Janeiro de 1982, Lisboa.
- Actas do 2.º Congresso dos Jornalistas Portugueses, 12 a 15 de Novembro de 1986, Lisboa.
- Actas do 3.º Congresso dos Jornalistas Portugueses, 26 de Fevereiro a 1 de Março de 1998, Lisboa.
- Adam, G. (2001). The education of journalists. *Journalism*, 2 (3).
- Bardoel, J. (1996). Beyond Journalism – a profession between information society and civil society. *European Journal of Communication*, Vol. 11 (3).
- Bromley, M., Tumber, H. & Zelizer, B. (2001). Journalism Education. *Journalism*, 2 (3).
- Burgh, H. (2003). Skills are not enough – the case of journalism as an academic discipline. *Journalism*, 4 (1).
- Carey, J. W. (1996). Where journalism education went wrong. <http://www.mtsu.edu/~masscomm/seig96/carey/carey.htm>
- Comunicação e Sociedade – O Ensino do Jornalismo*, 5.
- Correia, F. (1995). Contributo para o Ensino do Jornalismo em Portugal. *O Professor*, 44.
- Correia, F. (2000). Ensino e Investigação do Jornalismo em Portugal – elementos para o estudo da sua evolução. *Jornalismo e Jornalistas*, 1.
- Correia, F. e Baptista, C. (2005). O Ensino e a Valorização Profissional do Jornalismo em Portugal (1940/1974). *Cultura*, 21.
- Correia, J. C. (1998a). O ensino do jornalismo visto pelos jornalistas. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-ensino-jornalismo.pdf>
- Correia, J. C. (1998b). Algumas reflexões sobre a importância da formação universitária dos jornalistas. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-formacao-universitaria-jornalistas.pdf>
- Costa e Silva, Elsa (2006a, 23 de Janeiro). Bolonha origina contestação interna aos reitores. *Diário de Notícias*.
- Costa e Silva, Elsa (2006b, 20 de Setembro). Reitores preparam mapa de cursos para reduzir mais a oferta no superior. *Diário de Notícias*.
- Deuze, M. e Dimoudi, Ch. (2002). Online journalists in the Netherlands – towards a profile of a new profession. *Journalism*, Vol. 3 (1).
- Ferreira, V. (2005). Formação em Jornalismo, um tempo para aprender. *Jornalismo e Jornalistas*, 21.
- Fidalgo, A. (2001). O ensino do jornalismo no e para o século XXI. Comunicação proferida no *Congresso Internacional sobre Jornalismo e Internet*, Coimbra, 28 e 29 de Março de 2001.
- French, N. (2006). Competing Discourses of Journalism Education. *IAMCR 25th Conference Proceedings*, Cairo.
- Hanitzsch, Th., Loffelholz, M. e Weaver, D. H. (2005). Building a home for the study of journalism. *Journalism*, Vol.6 (1).
- Indahl, N. G. (2000). The journalistic work process in digital media. Paper presented at the *CMC Symposium*, Bornholm, Denmark.
- Kopper, G. G., Koltzoff, A. e Czepek, A. (2000). Research Review: online journalism – a report on current and continuing research and major questions in the international discussion. *Journalism Studies*, Vol. 1 (3).
- Macdonald, I. (2006). Teaching journalists to save the profession. *Journalism Studies*, Vol. 7 (5).
- Mesquita, M. (1995). L'enseignement du journalisme au Portugal – le miracle de la multiplication des cours. Comunicação apresentada na *SIGMA/Communication Sciences Meeting*, na Universidade de Sienna, 22-23 Setembro.
- Mesquita, M. e Ponte, C. (1997). Situação do Ensino e da Formação Profissional na Área do Jornalismo. <http://ubista.ubi.pt/~comum/mesquita-mario-ponte-cristina-Cursos-Com1.htm>.
- Obercom (2006). *Jornalismo Hoje. Uma análise de 14 redacções de Tv, Rádio e Jornais*. Research Report.
- Pavlik, J. (2000). The Impact of Technology on Journalism. *Journalism Studies*, Vol. 1 (2).
- Pinto, M. e Marinho, S. (2004). A qualidade em jornalismo: problematização e operacionalização do conceito. *Jornalismo de Referência – Actas do I Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos/II Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Pinto, M. e Sousa H. (2003). *Journalism Education at Universities and Journalism Schools in Portugal*. In Frölich, R. & Holtz-Bacha, Ch. (eds.), *Journalism Education in Europe and North America – an International Comparison*. New Jersey: Hampton Press.
- Pinto, M. (2004). O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal: crise de crescimento e notas programáticas. *Comunicação e Sociedade*, 5.
- Singer, J. (2003). Who are these guys? – the online challenge to the notion of journalistic professionalism. *Journalism*, Vol. 4 (2).
- Singer, J. (2006). The socially responsible existentialist – a normative emphasis for journalists in a new media environment. *Journalism Studies*, Vol. 7 (1).

- Skinner, D., Gasher, M. e Compton, J. (2001). Putting theory to practice – a critical approach to journalism studies. *Journalism*, Vol. 2 (3).
- Sobreira, R. M. (2003). O Ensino do Jornalismo e a Profissionalização dos Jornalistas em Portugal (1933-1974). *Media & Jornalismo*, 3.
- Sousa, J. P. (2004a). Desafios do ensino universitário do jornalismo ao nível da graduação no início do século XXI. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-desafios-do-jornalismo.pdf>
- Sousa, J. P. (2004b). A prática antes da teoria e o foco no objecto: uma proposta para o ensino universitário do jornalismo. Comunicação apresentada no *XXVIII Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação/XXVIII Congresso da Intercom*.
- Trench, B. (2000). Internet Journalism: are we ready?. Paper presented at the *CMC Symposium*, Bornholm, Denmark.
- Wong, Bárbara (2006, 25 de Setembro). Demasiada oferta obriga à reorganização do ensino. *Público*.